

# Padre expulso pela ditadura há 31 anos volta ao Brasil e quer reaver batina em Palmares (PE)

Aliny Gama  
Do UOL Notícias, em Recife  
03/01/2012 19h06



Alexandro Auler/JC Imagem

**Padre italiano Vito Miracapillo --em foto de 2005-- que foi expulso do Brasil em 1980, época da ditadura**

O padre italiano Vito Miracapillo, 64, expulso do Brasil em setembro de 1980 pelos militares da ditadura, chega a Pernambuco na noite desta terça-feira (3). O religioso vem ao Brasil para assinar os papéis de revalidação do visto de permanência no país na sede da PF (Polícia Federal), em Recife.

Trinta e um anos depois de ser banido do Brasil, o padre obteve a decisão inédita do Ministério da Justiça, reavendo o visto de permanência, publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de novembro de 2011.

O padre italiano foi pároco na cidade de Ribeirão (PE), ligado a Diocese de Palmares, entre os anos de 1975 a 1980. Durante o período que ele ficou à frente da paróquia de Ribeirão, desenvolveu trabalhos religiosos voltados para ajudar comunidades carentes e trabalhadores de cana de açúcar. Vito deverá participar das atividades religiosas em comemoração aos 50 anos da Diocese de Palmares, que começam no próximo dia 13.

Segundo o presidente da CNBB, região Nordeste 2, Dom Genival Saraiva de França, ao saber da decisão da Justiça, o padre Vito sinalizou o desejo de voltar a morar no Brasil. "Ele quer voltar para Ribeirão, mas vamos entrar em entendimento com a Diocese de Úmbria, no norte da Itália, porque o padre Vito desenvolve trabalhos religiosos há três décadas", afirmou.

## A expulsão

O padre Vito teve o visto cancelado em setembro de 1980 e foi expulso do Brasil depois que se recusou a celebrar duas missas impostas pela prefeitura na programação dos feriados de Sete de Setembro, independência do Brasil, e da Emancipação do Município de Ribeirão, no dia 11 de setembro.

O prefeito de Ribeirão à época, Salomão Correia Brasil, que pertencia ao antigo partido PDS, comunicou a recusa do padre ao então deputado estadual Severino Cavalcanti, também do PDS, que denunciou o pároco ao então ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, pela recusa ser um afronto à pátria. Dias depois os membros do STF (Superior Tribunal Federal) confirmaram a decisão por unanimidade, por 11 votos a zero.

Depois de ser expulso, o padre voltou para a Itália, onde permanece até hoje como pároco na região de Úmbria. Em um dos comunicados enviados a prefeitura e a Câmara de Vereadores de Ribeirão, o padre justificou a não realização das missas porque o país e o seu povo não viviam a independência por completo devido a ditadura militar.

“Faço cientes aos excelentíssimos senhores que não será celebrada a missa de ação e graças no dia 7 de setembro e no dia 11, na forma e no horário anunciados, isso por vários motivos, entre os quais a não efetiva independência do povo reduzido a condição de pedinte e desamparado em seus direitos”, informou o padre.

O presidente da CNBB, região Nordeste 2, Dom Genival Saraiva de França, afirmou que a Igreja Católica deu total apoio a decisão do padre e em uma das conversas que teve com ele “o padre destacou que a política jamais deveria ser misturada à religião”. “Sem consultarem, os políticos da região de Ribeirão colocaram a missa na programação alusiva ao dia Sete de Setembro. O padre recusou e isso foi apoiado pela Igreja”, disse França, destacando que tanto nos dias 7 e 11 de setembro o padre iria celebrar missas normalmente, mas “fora da programação política.”

Segundo Dom Genival, o padre “questionou aos governantes da época do município se existia mesmo liberdade para a tais missas”. “No dia Sete de Setembro daquele ano, o padre celebrou duas missas, uma na cidade e outra na zona rural. Não havia necessidade de celebrar nada mais em praça pública e isso não foi entendido pelo governo da ditadura”, explicou Dom Genival.

### **A decisão**

A revalidação do visto de permanência do padre Vito Miracapillo, depois de uma ação ingressada pela Igreja Católica no Brasil, foi comemorada pela CNBB, região nordeste 2. Dom Genival destacou que a decisão foi vista como uma vitória. “Agora a Justiça foi feita. O padre já tinha obtido visto de turista e no governo de Itamar Franco foi lhe oferecido um outro novo visto, mas não era justo. O que queríamos era a invalidação da expulsão dele, pois foi uma injustiça. A revalidação do visto permanente é vista para nós como se ele nunca tivesse sido mandado embora do país”

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/03/padre-expulso-pela-ditadura-ha-31-anos-volta-ao-brasil-e-quer-reaver-batina-em-palmares-pe.htm> - Acessado em 09.04.2015.